



O TRABALHO DA (O) PSICÓLOGA (O) E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Alexandre Ribeiro Aquino¹

¹Prefeitura Municipal de Jataí-SME / alexandreaquino.psi@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho pretende abordar os desafios da Psicologia na atuação da educação inclusiva. Neste sentido, as análises das pesquisas divulgadas e amplamente discutidas nos últimos anos, evidenciaram que a Psicologia tem a necessidade de exercer uma atuação crítica em nossa sociedade, e acima de tudo comprometida socialmente com alunos, professores e familiares imersos no processo de inclusão escolar. O trabalho do(a) Psicólogo(a) Escolar/Educacional precisará, portanto, considerar: A mudança de paradigma vivenciado nas instituições escolares, para que se tornem espaços inclusivos e de qualidade social; exigir posicionamentos políticos, pedagógicos e institucionais mais democráticos e com respeito à diversidade humana e a construção de uma prática psicológica diante a inclusão, visando sobretudo conhecimento das políticas públicas e direitos da educação inclusiva e suas ressonâncias no chão da escola.

Palavras-chave: Inclusão. Psicologia. Educação.

Introdução

No Brasil e no mundo, a década de 1990 foi marcada por diversas discussões que se verificaram a necessidade de se reestruturar os sistemas de ensino, para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos. Desse modo, a Política Educacional no Brasil está atravessada por normas técnicas, decretos nacionais e internacionais, resoluções e diretrizes promulgados de forma a orientar os sistemas educacionais em uma perspectiva que visa a inclusão de todos os alunos com e sem deficiência. Os sistemas de ensino passaram por diferentes mudanças em sua organização com intuito de adequar o espaço físico e na implementação de serviços na escola.

O Brasil sob a influência de documentos provenientes de conferências internacionais tais como a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), a Conferência Mundial de Necessidades Educativas Especial (1994); a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção de Guatemala (1999). No Brasil, na década de 1990 temos como marcos históricos importantes como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei no 9.394, 1996) que incitou no cenário educacional brasileiro mudanças significativas para educação de sujeitos com deficiência.

Entre as mudanças significativas foi a necessidade de um conjunto de legislações que garantisse a matrícula e a permanência, ou seja, o funcionamento através de estratégias, recursos

e metodologias que garantam o Atendimento Educacional Especializado. Outro marco em nossa atualidade situa na instituição da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (nº 12.764/2012) que torna direito o acesso a educação e ao ensino profissionalizante e que pune a autoridade competente que recusa a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência. Além disso, a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) (nº 13.146/2015) marca mais uma mudança significativa na educação inclusiva, entre elas, a garantia do profissional de apoio a pessoas com deficiência.

Dessa forma, verifica-se assim uma série de ações no âmbito governamental, que alcança a escola e a sociedade em geral, destinadas à garantia de direitos e à negação de quaisquer formas de discriminação ou preconceito com pessoas com deficiência. Neste sentido, a educação para pessoas com deficiência antes separadas dos demais, por uma educação na qual ocorre adaptações em todo sistema de ensino para recebe-las.

Atualmente, o movimento de inclusão encontra-se em expansão da educação básica e agora alcança o ensino superior, subsidiado por normativas legais que tratam da garantia de direitos, como por exemplo, a Lei nº 13.409/2016, que institui cotas para estudantes com deficiência nas instituições federais públicas de ensino e a Lei nº 13.146/2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ambas leis recentes. É significativa a ampliação do número de pessoas com deficiência que reivindicam o direito de ingressar e de permanecer nas universidades, no ensino médio, na educação básica e infantil. O que tem provocado mudanças conceituais e atitudinais na educação, bem como nas condições de acessibilidade e permanência.

O campo de trabalho desta pesquisa parte do desdobramento da realização da dissertação de Mestrado: “UNICEF e os discursos sobre a infância deficiente: medicalização e inclusão”, em que estiveram em análise o discurso produzido pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância), organismo ligado a Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente no que se refere às justificativas de práticas de inclusão voltadas para a infância considerada com deficiência. Assim, os discursos promovidos por essa agência internacional consistem em nome da inclusão fomentar processos de medicalização na educação e na sociedade. Neste trabalho, aponto como efetuam-se o processo chamado por Foucault (2006) de função-psi nesses discursos, nascida da relação entre a psiquiatria e a família, que se apresenta como uma técnica disciplinar de correção aos indivíduos que fogem as normas instituídas em nossa sociedade (AQUINO, 2018)

Nesta direção, buscaremos investigar o trabalho da psicóloga (o) escolar na educação inclusiva e o compromisso social no aspecto da participação das (os) psicólogas (os) nas políticas públicas nessa área. Neste sentido, temos como objetivos específicos: a) Compreender o trabalho dos profissionais da psicologia na promoção dos Direitos Humanos na sociedade, b) compreender a sistematização e disseminação do conhecimento da Psicologia e suas práticas nas políticas públicas nesse campo.

Em nossa revisão bibliográfica que teve como objetivo mapear a temática: “O trabalho da(o) psicóloga(o) e a educação inclusiva”, indexada na base de dados Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Além disso, utilizamos como palavras-chaves utilizadas para captação do material pesquisado foram: Psicologia Escolar, Escola, Educação Especial e Inclusão.

Sendo assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica e teórica a partir da qual foi possível constatar que o impulsionamento para a mudança de paradigma vivenciado nas instituições escolares, para que se tornem espaços inclusivos e de qualidade social seja uma exigência políticas e pedagógicas com respeito à diversidade humana e a construção de uma práxis psicológica diante inclusão escolar verdadeira, visando ao conhecimento das políticas públicas educacionais da educação especial e às suas repercussões na vida diária escolar dos alunos com e sem deficiência.

Desafios para a prática da (o) psicóloga (o) na Educação Inclusiva

A presença de psicólogas (os) nos espaços da Educação (educação infantil, ensino fundamental, médio e ensino superior) tem provocado diversas discussões na Psicologia e na Educação. Em síntese, são questões relacionadas a raízes históricas ainda não superadas, com relação às práticas de ambas na compreensão do processo de ensino-aprendizagem. Cabe destacar, que nós profissionais da Psicologia e da saúde somos demasiadamente requisitados a produzir laudos, relatórios, encaminhamentos e avaliações que detectem uma deficiência em alunos. Contudo, o que muita gente desconhece é que o encaminhamento de escolares para serviços médicos e de outros profissionais da saúde, a fim de identificar supostas dificuldades de aprendizagem diante as diferentes maneiras de aprender tem um nome: medicalização da educação.

Portanto, tais observações nos levam a refletir sobre a medicalização da infância em nossa atualidade, um dispositivo médico-disciplinar que atende demandas institucionais. Grandes questões sociais atualmente vêm sendo medicalizadas, o processo de constituição saúde-doença é uma problemática de ordem médica. Vivemos uma biologização de conflitos sociais, um reducionismo biológico que atinge ambientes escolares. A medicalização em larga

escala vem sendo utilizada como solução dos problemas em nossa sociedade. Collares & Moysés (2009, p.25) destacam:

O termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. A medicalização ocorre segundo uma concepção de ciência médica que discute o processo saúde-doença como centrado no indivíduo, privilegiando a abordagem biológica, organicista. Daí as questões medicalizadas serem apresentadas como problemas individuais, perdendo sua determinação coletiva. Omite-se que o processo saúde-doença é determinado pela inserção social do indivíduo, sendo, ao mesmo tempo, a expressão do individual e do coletivo.

Para Moysés e Collares (2013) crianças que apresentam maneiras de aprender, de se comportar, agir e reagir que fogem dos padrões mais ou menos rigorosos do avaliador/observador, correm o risco de serem classificadas e diagnosticadas com algum transtorno neuropsiquiátrico o que demanda tratamentos caros e longos, abarcando diversos profissionais da saúde e drogas poderosas – vivemos a era dos transtornos.

Diante deste quadro, é imperativo perguntar segundo Patto (2009): Que ciência é esta que reduz uma complexa questão social a problemas psíquicos? Que ciência é esta cujos profissionais não podem e/ou não querem perceber que, quando medem, classificam e redigem laudos para subsidiar medidas de adaptação ao estabelecido ou de segregação, estão exercendo violência que mantém o instituído, produz consentimento e dá força aos que dominam?

Neste sentido, cabe destacar que a violência também compõe o cenário escolar em que exige atuação frente a essa demanda que provoca exclusão de alunos ao serem considerados não adaptáveis, cabe aos profissionais da Psicologia pensar em possibilidades de trabalhos inovadoras em prol da defesa da educação com excelência para todos. De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2018) compreende que os fenômenos da violência e dos preconceitos como problemáticas a serem pensadas a partir das condições desiguais e diferentes de existência social e cultural de todos atores envolvidos, incluindo alunos, famílias e docentes. Dessa forma, o psicólogo contribui com enfrentamento com bullying direcionados a pessoas e crianças com deficiência ou não, em parceria com família (orientação pedagógica, educação sexual e sobre o uso de drogas), no desenvolvimento de atividades na escola, a formação docente, atividades esportivas, recreativas e artísticas afim de superar esse obstáculo no processo da educação inclusiva tão comum.

Cabe destacar que vemos que o fenômeno da psicologização da escola cede lugar a psiquiatrização do discurso escolar. Moysés (2001), apud, Meira (2012) defende a necessidade de romper com a perspectiva individualizante que sustenta as visões biologizantes. Para

entrarmos no campo da reflexão crítica sobre valores, fundamental para a compreensão do próprio significado de saúde e doença em suas múltiplas determinações. Ou seja, frequentemente encontramos discursos em relatórios escolares ou de familiares que crianças tem algum transtorno que deve ser investigado e medicado com urgência e ignoram o processo de desenvolvimento da infância ou padronizam um modelo de aluno.

Diante deste quadro, Mello e Patto (2008) afirma que um profissional cujo trabalho se dá no âmbito de uma instituição que o coloca no centro de sentimentos tumultuados que acompanham os dramas familiares não pode, em momento algum de seu trabalho, deixar de ter presentes diante de si os dilemas maiores da profissão. Trabalhar com juízes, peritos, crianças e suas familiares exige uma formação teórico-prática coerente com os desafios que o psicólogo vai enfrentar, mas exige mais: reflexão, sensibilidade ética e atenção redobrada aos personagens e aos caminhos que se abrem diante dele. Sem o entendimento rigoroso e bem fundamentado do que se passa na subjetividade e nas relações intersubjetivas numa sociedade concreta, e sem a consciência da imensa responsabilidade dessas práticas, esses profissionais podem lesar direitos fundamentais das pessoas e, no limite, colaborar para a negação de seu direito à vida.

A escola é uma das principais instituições da cultura ocidental responsáveis pelo processo educacional do indivíduo. Está constitui-se hoje um espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para sua formação. Assim, a educação precisa ser pensada levando em conta o contexto político, econômico, das políticas públicas e sociais que são os apêndices que lhe dão suporte e perpassam seu funcionamento. Sendo necessário compreender que as políticas educacionais que orientam as atuações, concepções e modelos de gestão pedagógica estão articuladas com questões mais amplas, tais como o modelo econômico vigente. Este por sua vez, dificulta a construção de um projeto político pedagógico (PPP) que esteja focado em tornar a escola um espaço de inserção social. Transformando a educação em mercadoria que tornam as diferenças gritantes entre os sistemas público e privado, trazendo graves consequências às camadas populares (CFP, 2013).

O chão da escola pública é demarcado por diversas questões que podem provocar um verdadeiro processo de adoecimento nos atores envolvidos com a educação. Alunos, professores e familiares são altamente exigidos no processo de escolarização através de diversas avaliação nacionais e internacionais que visam mediar o desempenho escolar. Culpabilizar um único sujeito por suas dificuldades de aprendizagem é ignorar toda discussão citada no parágrafo anterior.

Neste sentido, cabe destacar que o surgimento da Psicologia Escolar e Educacional é contemporâneo com a própria Psicologia em si, se configurando como um dos principais pilares sob o qual a Psicologia se emergiu no seu processo de autonomização. Além disso, muitas práticas iniciais da Psicologia tiveram início através da sua relação com a Educação. Ao longo de sua história a Psicologia Escolar e Educacional sofreu várias modificações, em seus objetivos, finalidades, métodos e técnicas de investigação e intervenção. Essas mudanças ocorreram devido às transformações na visão de homem, mundo, educação, escola e de sociedade. Ou seja, essas distinções estão relacionadas a concepções ideológicas que perpassam cada momento histórico (BARBOZA & SOUZA, 2012; SOUZA, 2009).

É de suma importância para o (a) psicólogo (a) conhecer as direções éticas e políticas que norteiam o cotidiano escolar. Almejando uma prática participativa de todos os envolvidos na educação, que vislumbre a prática democrática e o respeito ao processo de aprendizagem e desenvolvimento de todos. Construindo um conhecimento científico crítico, cuja relação teórica e prática sejam indissociáveis e que se comprometa social e politicamente com a democratização da sociedade (SOUZA, 2013)

A entrarmos nas discussões sobre educação inclusiva e o trabalho da Psicologia é necessário retornar a tese fundamental da inclusão, proposta na Conferência de Salamanca (1994) que tem como norte contemplar a todos com e sem deficiência a partir da reorganização do ambiente escolar. Assim está expresso esse princípio:

[...] consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem... adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, da utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades (Declaração de Salamanca, 1994, p.11).

Para Gomes e Souza (2011) as ações de inclusão escolar direcionadas por diferentes chavões políticos, como por exemplo, considerar a matrícula dos alunos como um indicador positivo, podem ser verídicas, mas se tornam ilusórias quando essas mesmas estatísticas indicam os índices de evasão, repetência e nível de alfabetização dos alunos, independentemente de possuírem deficiências ou não. Ou seja, a matrícula do aluno com deficiência não garante efetivamente questões mínimas necessárias em seu processo de escolarização. Apesar de uma legislação direcionada a este público é preciso avançar diversas questões para garantir o Atendimento Educacional Especializado de qualidade e sobretudo na promoção de igualdade.

De acordo com INEP (2019) o número de matrículas da educação especial chegou a 1,2 milhão em 2018, um aumento de 33,2% em relação a 2014. Tal aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que dobraram durante o período. Contudo, tal fato mobiliza repensar as propostas de inclusão escolar e os indicadores meramente estatísticos lançados nos levantamentos realizados, que parecem desconsiderar questões como: condições de acessibilidade e infraestrutura física, despesas, materiais didáticos, investimentos em tecnologia assistiva, formação de professores, currículo e políticas públicas efetivas, ações essas que contribuem para a efetividade do ensino independente de ser ou não público-alvo da inclusão.

Os dados do governo brasileiro são alarmantes de acordo com INEP (2018) 82% dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades, incluídos em classes comuns; 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência incluídos em turmas regulares. Em 2008, esse percentual era de apenas 31%; Em relação a banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida está disponível em 33% das escolas de anos iniciais, em 48% daquelas que oferecem os anos finais e em 58% nas de ensino médio, cenário que demonstra que ainda temos muito que avançar em relação a inclusão nas escolas brasileiras.

Para Machado, Almeida e Saraiva (2003, p.21) “nossas práticas e discursos revelam as concepções que temos sobre o homem, sobre a sociedade, sobre a educação, sobre o trabalho, sobre a saúde, sobre a exclusão”. Desse modo, subverter essas concepções muito diz respeito a nós, psicólogos, para que possamos estar mais atuantes na consolidação de políticas públicas na educação que realmente transforme a realidade social. A atuação relaciona na intensificação de produzir mudanças em nossa realidade sobre a concepção das diferenças.

Assim sendo, a autora nos lança as seguintes questões: Como trabalhar perante as práticas educacionais direcionadas ao público alvo da inclusão, de forma a desenvolver um olhar que vá para além deficiências? Dito de outra maneira, como entender que a questão da inclusão deve ultrapassar os corpos excluídos, reclamando o campo de forças no qual esses corpos excluídos foram produzidos e outros campos de forças que queremos criar?

Os profissionais envolvidos na educação não podem esquecer que as construções em relação ao desejo e ao pensamento, do normal e patológico, da doença e saúde, da atenção e desatenção, foram impostas em nossa constituição. Estando submetidas a transformações históricas e sociais (FIORE, 2005). Com a hegemonia do discurso psiquiátrico sobre os sofrimentos psíquicos vemos que a educação se encontra atravessada pelo discurso especialista.

Para Guarido (2007) a necessidade do resgate do domínio do ato educativo nas escolas sem estar atrelado a rotulações diagnósticas. Sendo essa uma das grandes possibilidades da

Educação Inclusiva que permite às crianças que estiveram até então fora da escola: ocupar um lugar que até então não lhe era conferido. O que se percebe hoje é que o profissional da educação tem assumido e validado os discursos médicos, desresponsabilizando a escola e culpabilizando as crianças e suas famílias por seus fracassos.

E necessário outro caminho, diante das dificuldades. Psicólogos (as) são solicitados constantemente orientações por professores sobre como trabalhar com alunos(as) com deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Em suma, as principais questões levantadas centram-se em como mudar comportamentos, incentiva a realização de tarefas, como lidar com famílias que não “aceitam” determinado diagnóstico que o filho recebeu ou como conseguir um diagnóstico que aponte a deficiência que o aluno possui.

Outra vertente na educação inclusiva de acordo com Costa (2016) aponta que um dos maiores gargalos na educação vivenciados por professores, coordenadores e gestores centra-se na necessidade adaptar o currículo para aqueles alunos(as) que possui alguma deficiência. Em síntese o autor aponta que diversas escolas resistem em adaptar o currículo para alunos com deficiência alegando que a flexibilização/adaptação curricular pode legitimar o processo de exclusão ao simplificar o currículo. Heredero (2010) sinaliza que o currículo precisa ser adequado, visando não apenas a inclusão de alguns alunos, mas sim de todos que estão adentrando no espaço escolar. Corroborando, com essa tese o MEC (1999, p.33) aponta: “Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos” favorecendo um ambiente rico e integral.

Para o Conselho Federal de Psicologia (2013) é função da (o) psicóloga (o) participar do trabalho de elaboração, avaliação e reformulação do projeto político pedagógico, destacando a dimensão psicológica ou subjetiva da realidade escolar. Isso permite sua inserção no conjunto das ações desenvolvidas pelos profissionais da escola e reafirma seu compromisso com o trabalho interdisciplinar. Visto que, a dimensão política do projeto pedagógico refere-se a valores e metas que permeiam o conjunto de práticas na escola que deve ser inclusiva.

O psicólogo no contexto escolar elabora planos de intervenção com alunos, professores, famílias e gestores, ou seja, todos atores que compõem o chão da escola. Em síntese, o psicólogo deve levar em conta o projeto político pedagógico para compreender os dados objetivos relativos à organização escolar e sua filosofia. Ou seja, no PPP encontramos informações importantes como: o número de estudantes, de turmas, de professores, serviços prestados à comunidade, reuniões que estão planejadas; índice de aprovação, reprovação e evasão; membros das equipes pedagógicas, administrativas e de prestação de serviços gerais; o

perfil socioeconômico da comunidade escolar; informações sobre características do território em que a escola está localizada, bem como sua história.

Os referenciais para a atuação da(o) psicóloga(a) na educação básica apontam que ao participar do cotidiano do processo de ensino aprendizagem, estará junto às equipes colaborando para que conhecimentos e práticas possam resultar em experiências enriquecedoras para a formação do coletivo, no qual ele está incluído. Esse processo permitirá o planejamento, desenvolvimento e avaliação de diferentes possibilidades de intervenção e diferentes projetos que realmente sejam inclusivas.

Por fim, acreditamos que o psicólogo(a), que atua no espaço escolar, deve buscar novas maneiras de levar em conta os processos que envolvem a aprendizagem e suas dificuldades, deixando de tratar a queixa escolar como um fato isolado somente no aluno(a), professor(a) e família e passando a buscar a compreensão da história escolar como um processo que envolve diversas nuances. Neste sentido, isso exige uma compreensão mais rigorosa do funcionamento das relações e do contexto no qual ocorre a produção de um motivo para o encaminhamento de alunos para o atendimento (GUZZO, 2001).

As ações dos profissionais da Psicologia que atuam na área da educação não dependem da iniciativa individual ou, simplesmente, de implementações no currículo da formação do psicólogo. Nossa atuação é um espaço de ação política, pois não basta apenas ter conhecimento da necessidade de uma mudança na atitude do psicólogo (a). Diante disso, o psicólogo que escolha trabalhar na realidade escolar deverá compreender as demandas relacionadas a justiça, direitos humanos, políticas públicas e do perverso processo que envolve a medicalização, medicamentação e judicialização da infância ou daqueles que trabalham diretamente com a educação inclusiva.

Ou seja, forjar suas ações no sentido de contribuir criticamente e situar-se também como ator comprometido com essas demandas relacionadas a inclusão. O psicólogo deverá estar preocupado com a prevenção e a promoção da saúde e do bem-estar subjetivo em um cenário demarcado pela precariedade e de preconceito com crianças e pessoas com deficiência. Assim, envolvendo-se em atividades que permitam aos estudantes obterem sucesso em suas atividades da vida, diminuindo as situações de risco, do fracasso escolar e de outros fatores que possam ameaçar sua sanidade e inibir suas potencialidades. Assim, deverá estar preparado para integrar equipes, comissões e grupos de trabalho multidisciplinares, atuando no desenvolvimento da criança, família, a escola e a comunidade. (DAZZANI, 2010)

Afinal de contas o que nós psicólogos (as) fazemos diante da educação inclusiva? Nossas ações são realizadas com profissionais da escola, com os (as) alunos (as) e a família, de forma coletiva, considerando aspectos sociais, culturais, pedagógicos, organizacionais, relacionais e individuais. Contribuindo com processo de ensino-aprendizagem que favoreça o desenvolvimento no espaço educativo. Portanto, apoiando o trabalho dos educadores, por meio de formação continuada dos profissionais, auxiliamos no enfrentamento de problemas de escolarização e das dificuldades de aprendizagem, trabalhamos de com as relações humanas, comportamentos de discriminação e situações de violência como o bullying através de programas, projetos, parcerias e diálogos entre família e escola.

Considerações finais

Para finalizar, cabe destacar que nessa passagem da escola brasileira contemporânea, temos mais uma defesa de que é preciso transformar a estrutura da escola atual. Segundo Patto (2017) processo que dificilmente será oficial, mas que pode ter início como um processo de mudança, em cada escola, e por iniciativa dos educadores, da relação entre eles e deles como seus alunos na vida diária escolar, processo esse orientado pelo direito de todas as crianças à escola e à experiência escolar, o acolhimento delas e o respeito às diferenças individuais, quaisquer que elas sejam. Ou seja, os “excluídos”, qualquer que seja o motivo, carregam prejuízos da não garantia de direito que inclui as pessoas com deficiências físicas, mentais e dificuldades psíquicas, como é o caso do autismo.

A escola ocupa um espaço fundamental na formação dos indivíduos, se apresentando em um ambiente rico no aprendizado da formação e de características da subjetividade humana e sua ampla diversidade. Por apresentar uma série de questões próprias e se comunicar com outras instituições sociais, podemos definir o ambiente escolar como complexo e intrigante. Ao passo que suscita sempre a importância e a crítica de ações do profissional da psicologia na escola.

O percurso para a construção de uma escola democratizante não é a redução aos aspectos técnicos-pedagógicos, mas os que têm como meta oferecer conhecimento e experiências significativas a todas as crianças em um contexto institucional que aconteça acolhimento e ensinamento, como forma de contribuição para a formação de sujeitos, e não de sujeitos; de pessoas, e não de seres coisificados. Por conseguinte, a escola deve respeitar as diferenças individuais e familiares, que contenha uma crítica à punição, à reprovação escolar ou aprovação

automática de alunos com deficiência, ao fetiche de métodos e técnicas de ensino e a importância de matérias como literatura e história na formação escolar (PATTO, 2017)

Veiga-Neto (2005) aponta a dificuldade de uma educação que inclua, mas que não vise uma educação que acolha todos os mundos sem que isso signifique reduzi-los a um só mundo. O problema está em construirmos uma escola que preserve as diferenças culturais, que mantenha as características de cada grupo, mas não no sentido de tolerar tais características, tais diferenças e sim de compreender que as diferenças se dão num mundo de lutas, de posições e significados. Só assim, poderemos estar preparados para levar adiante tais políticas direcionadas a inclusão, com pelo menos um mínimo de justiça social.

Por fim, cabe apontar que a Psicologia precisa olhar criticamente, suas contribuições na educação, erros históricos já foram cometidos, é necessário reavaliar sempre, buscar a construção de uma psicologia capaz de, ao se inserir na escola e na educação, ser personagem fundamental de um processo que inclui verdadeiramente.

Referências

AQUINO, Alexandre Ribeiro. **UNICEF e os discursos sobre a infância deficiente: medicalização e inclusão**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

BARBOZA, D. R. & SOUZA, M. P. R. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. V. 16, N.1, pp. 163-173, jan/jun. 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 17/2001, de 3 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2016 notas estatísticas. [Online]. Brasília: Inep, 2017. Disponível em:http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em: Agosto de 2019.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo Escolar notas estatísticas censo escolar 2018. [Online]. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf Agosto de 2019.

_____. Parâmetros curriculares nacionais. Adaptações curriculares. Brasília: MEC, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Educação Básica. Brasília: CFP, 2013

COSTA, Vanderlei Balbino. Adaptação curricular: das dificuldades às possibilidades. ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE – REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: Projeto Nacional de Educação: desafios éticos, políticos e culturais, 13, 2016. Brasília. **Anais**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB).

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A psicologia escolar e a educação inclusiva: Uma leitura crítica. **Psicologia ciência e profissão**. , vol. 30, n.2, p. 362-375, 2010.

Declaração de Salamanca. (1996). *Procedimentos-padrão das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas Portadoras de Deficiências*, A/RES/48/96, Resolução das Nações Unidas adotada em assembleia geral, Espanha.

FIORE, M. A. Medicalização do corpo na infância: Considerações acerca do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. **Clio-Psyche** – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia. Mnemosine. Volume 1, Número 1, p. 365-380.

GOMES C, SOUZA VLT. Educação, psicologia escolar e inclusão: aproximações necessárias. **Revista Psicopedagogia** 2011;28(86):185-193.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: Considerações sobre o discurso e seus efeitos na Educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. Volume 3. p.151-161, 2007.

GUZZO, R. Formando psicólogos escolares no Brasil: dificuldades e perspectivas. In S. M. Wechsler (Ed.), **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática** (pp. 61-71). Campinas, SP: Alínea, 2001.

HEREDERO, E. S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

ROCHA, M. L. Inclusão ou exclusão Produção de subjetividade nas práticas de formação. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 3, p. 477-484, jul./set. 2008.

PATTO, M. H. S. De gestores e cães de guarda. **Temas em Psicologia**. 2009; 17(2):405-415.

_____. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios 2015.

_____. A escola transformadora: da escola que temos à escola que queremos. In: KUPFER, Maria Cristina Machado; PATTO, Maria Helena Souza; VOLTOLINI, Rinaldo. (Orgs.). **Práticas Inclusivas em escolas transformadoras: acolhendo o aluno sujeito**. São Paulo: Escuta: Fapesp, 2017. (p.67-89).

MACHADO, Adriana Marcondes; ALMEIDA, Izabel; SARAIVA, Luís Fernando de Oliveira Saraiva. Rupturas necessárias para uma prática inclusiva. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Educação Inclusiva: experiências profissionais em Psicologia**. Brasília: CFP, 2009, pp. 21-35.

MELLO, Sylvia Leser de, PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia da violência ou violência da psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, outubro/dezembro, 2008, 19(4), pp.591-594.

COLLARES, C.A.L., & MOYSÉS, M.A.A. (2009). A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico: a patologização da educação. *Série Idéias*, 23, pp.25-31.

MOYSÉS, M. A. A., COLLARES, C. A. L., & RIBEIRO, M. C. Medicalização, o obscurantismo reinventado. In: Moysés, M. A. A. Collares, C. A. L., Ribeiro, M. C. **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos**. Campinas: Mercado das Letras, p.41-64, 2013.

SOUZA, M. P. R. S. Psicologia Escolar e Educacional: Em busca de novas perspectivas. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. V. 13, N.1 p. 179-182, jan/jun. 2009.

VEIGA-NETO, A. Quando a inclusão pode ser uma forma de exclusão. In: MACHADO, A. M. e cols. (Orgs.), **Psicologia e Direitos Humanos: Educação Inclusiva, direitos humanos na escola Escola**. (p. 55-70). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.